



LAURO ESMANHOTO

LAURO ESMANHOTO

REJANE DE MEDEIROS CERVI

Professora Titular do Departamento de Planejamento
e Administração Escolar

SÍLVIA MARIANNE MÜLLER

Professora Adjunta do Departamento de Métodos
e Técnicas da Educação

Este artigo não é exatamente o resultado de uma entrevista. É, antes de tudo, um produto modesto de um processo de análise e síntese, esboçado a partir do depoimento cotidiano de algumas décadas na vida do educador professor Lauro Esmanhoto. Depoimento falado, depoimento escrito, depoimento exemplificado, depoimento lembrado por quem teve o privilégio de compartilhar a sua companhia e aprender suas lições.

Gênese de uma vocação

Nascido no dia dois de maio de 1913, em um lugarejo chamado Butiatuvinha, em Santa Felicidade, nos arredores de Curitiba, teve, em recinto contíguo à sua casa, a oportunidade de acompanhar sua mãe, professora que era, no exercício do ofício de ensinar na Escola Isolada de Butiatuvinha, onde então viveu sua primeira experiência escolar.

Iniciou o curso primário na escola regida por sua mãe, convém lembrar, normalista formada pela Escola Normal Secundária, hoje Instituto de Educação do Paraná.

A familiaridade com a escola, forjada no dia-a-dia sem fronteira com a convivência doméstica, suscitou, no menino Lauro, toda a naturalidade do processo que constitui a educação e a alegria que significa ocupar-se dela.

Vocação-inclinação, vocação-consciência, foram generosamente abrigadas na existência do professor Lauro, pois, desde a sua infância. Além disso, não lhe faltaram guias para toda aprendizagem em todos os momentos de seu crescimento. Em casa, com parentes mais velhos, ou no Colégio Duilio Calderari, aos 11 anos, ou no Grupo Escolar Anexo, e na Escola Intermediária, aos 12 anos, ou na Escola Normal Secundária, aos 13 anos, ou, ainda, na convivência franciscana, lecionando no Colégio Bom Jesus, no casamento com Dona Lindamir Guimarães (1937), sua colega de curso e de magistério, com a qual constituiu uma rica família, tudo pareceu encomendado para destacar e levar à plenitude a sua vocação pedagógica. Inclinação e consciência, processos íntimos e perpetuamente inter-relacionados, deram-nos o caráter distintivo de nosso Professor.

Profissionalização

Era preciso enfrentar o mundo dos adultos e usar suas ferramentas. Aos dezesseis anos, o professor Lauro já lecionava no Colégio Senhor Bom Jesus (1929), iniciando sua prática em 03 de fevereiro. Mais tarde, foi incumbido do ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora do Sion (1940-1944) e no Colégio Belmiro César (1937-1943).

Sentia-se perfeitamente entrosado no meio docente. Contudo, decidira expandir-se. Deste modo, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, graduando-se em 1945.

Suas qualidades como professor de Matemática o fizeram professor de outras escolas. Credenciado pelo MEC, atuou no Colégio Sagrado Coração de Jesus (1945-1951)

e no Colégio Estadual do Paraná. Foi professor catedrático interino da primeira cadeira de Matemática (1944-1955), sendo nomeado pelo interventor Manuel Ribas em substituição ao professor Algacyr Munhoz Mäder.

Em 1940, passa a integrar o quadro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Educação anexo, como professor catedrático substituto da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, a convite do professor Rosário Mansur Guérios.

Na mesma década, ainda, e no início dos anos 50, as suas atividades pedagógicas, dentro e fora da escola, desdobram-se. Dirige o Serviço de Orientação Educacional do Ginásio Senhor Bom Jesus (1952). Funda a Secção de Pais Católicos da Congregação Mariana (da qual foi presidente durante 12 anos), um ano após ter criado a Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual do Paraná.

As suas relações com a comunidade de pais e com as escolas foram posteriormente ampliadas. Vai dirigir, de 1955 a 1960, a Divisão Técnica do Ensino do Departamento Regional do SENAC, e, no triênio seguinte, o Serviço de Relações da Escola com a Família e a Comunidade, junto à Secretaria de Educação do Paraná.

Nesse desdobramento profissional, ocorrido na década de 40 e começos de 50, o professor Lauro associa à docência e às outras funções pedagógico-educacionais o exercício da vereança junto à Câmara Municipal de Curitiba, eleito que foi, em 1947. Ali, fez parte da Comissão de Legislação e Justiça, onde teve uma atuação singular. Cruzava-se a sua formação diversificada com o exercício de cidadania mais complexo em prol da educação, sua, sempre sua, incontestemente bandeira.

O que pode ser a profissionalização do educador se não a sua socialização? E tal se deu, nitidamente, pois a sensibilidade do professor Lauro, e, em particular, a sua

humildade, subexpressão daquela sensibilidade, proporcionaram-lhe uma experiência social útil, intensa e suficiente, para projetar a sua condição de educador ao infinito. Conviver ao seu lado foi sempre uma oportunidade de se educar.

Visão do real, compromisso com o ideal

Por isso mesmo, nenhum fato de natureza política, administrativa, pedagógica ou social, deixou de ter ressonância em seu íntimo reflexivo. Sua visão compreensiva contemplou questões capitais e basicamente articuladas.

Homem modesto e escrupuloso, não colecionou materialmente todas as suas reflexões. Todavia, inúmeros artigos e discursos, divulgados por revistas e jornais locais, desde o início da década de 40, quando publicou, no Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, "A Reforma Francisco Campos", resgatam o seu pensamento, a sua visão do real e o seu compromisso com uma sociedade ideal.

Na década de 40, teceria "O Diretor Espiritual" (Politéia), "Quem é a criança?" (Gazeta do Povo, 21-8-46), "A Educação de Rui Barbosa", "Pio XI e a educação", "O ensino religioso e a escola ativa", "Consultório de Orientação Vocacional", "O problema da vocação na formação profissional da juventude", "5.000 crianças sem escolas", "O tratamento moral da alma e a disciplina escolar", "Consciência social da Educação", "Código de Ética para professores", "Uma solução do problema educacional para a incipiente democracia brasileira", "A Faculdade de Filosofia é a alma da Universidade", "O problema da educação através de inquéritos", "O fim principal da escola deve ser a educação do caráter"... entre outros títulos que refletiram a sua preocupação direta com a moral cristã, com a liberdade cristã e com o social ético, sem preconceitos e, sobretudo, construtivo.

Listar o pensamento materializado não deve servir, apenas, à intenção de esgotar referências bibliográficas do professor Lauro — autor. O propósito principal parece mais fácil de alcançar: identificar a temática e a problemática de fundo que fez, de cada passo profissional deste educador, uma caminhada indiscutivelmente séria, coerente e conseqüente.

A questão de uma “educação de todos”, trabalhada com insistência pelo professor Lauro no decorrer de suas reflexões, traduz o seu engajamento, e diríamos, o pretexto principal de seu engajamento com a política educacional. Sua preocupação com o direito educacional da humanidade e o dever de bem propiciá-la pelo poder público da sociedade organizada, transparece em cada colóquio que alimentou com seus colegas e com seus estudantes.

Sua admiração incondicional por Rui Barbosa, Alceu Amoroso Lima, pelo Abade Bethlem, por Eduardo Beckeuser, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Dom Hélder Câmara, entre outros, fê-lo reportar-se, constantemente, às suas obras para reforçar seus próprios pressupostos. Mas a sua fonte principal de argumentação foi a comparação: de realidades sociais, de posicionamentos e de enunciados.

Em entrevista dada em 1956 (publicada pelo SENAC), o professor Lauro remetia a questão do analfabetismo ao compromisso assumido pela “Declaração de Lima”, subscrita na 2.ª Reunião de Ministros de Educação da América Latina, para eliminar os 35 milhões de adultos analfabetos e os 14 milhões de crianças em idade escolar fora da escola.

Estava convencido de que, até aquele momento, os governos brasileiros continuavam a insistir na prática de uma política educacional que

... em muito pouco diferia daquela introduzida pela Reforma de Pombal. Erramos grosseiramente quando fazemos depender da arrecadação de impostos o progresso educacional do nosso povo. Erramos por três motivos: 1.º) porque os nossos orçamentos públicos, quando destacam as verbas para a educação, se prendem mais ao critério das possibilidades de recursos do que ao critério das reais necessidades do aparelhamento educacional; 2.º) porque não convém à educação que os seus recursos financeiros fiquem, na sua totalidade, dependendo da política e da burocracia; 3.º) porque o problema da educação eficiente, moderna, acessível a todo o povo, como preconizam os postulados democráticos, é empresa de tamanha monta, que os orçamentos públicos jamais seriam suficientes para suportá-la.

Ilustrava a desvantagem do quadro educacional brasileiro, à época, confrontando com o exemplo americano

onde as despesas com a educação eram cobertas em 1,5% pelo Governo Federal, 24,5% pelo Governo Estadual e 9% pelo Governo Municipal; e 65% pelo esforço local, através dos Conselhos Escolares compostos de chefes de família, entidades perfeitamente legais, mas que escapam a toda ingerência política e da burocracia.

Jamais se conformou com a condução política da educação no Brasil. Suas idéias eram corajosas e os argumentos, convincentes. Em suas comparações, é oportuno observar, nunca pretendeu defender o nivelamento da educação brasileira a uma estrangeira, americana ou outra qualquer. Bastava-lhe usar o artifício comparativo para provocar uma reação reflexiva:

No Brasil, [escreveu há mais de trinta anos] de cada 100 crianças, 48 ficam sem escolas. Não podemos olhar para o exemplo dos Estados Unidos, por ser alto demais: ali, de cada 100 crianças, apenas quatro não conseguem matrícula nas escolas. Pois bem, olhemos, então, para o exemplo da Argentina, onde, em cada 100 crianças, somente quinze não se matriculam nas escolas. Todavia, é mister dizer que a Argentina em boa hora procurou aproveitar a experiência americana, desde a época em que Sarmiento, regressando dos Estados Unidos, e entusiasmado com as idéias de Horace Mann, procurou, também, através dos Conselhos locais, "fazer de toda a República uma só escola", pois convencera-se de que somente a opinião do povo pode impulsionar a educação.

Interpretou, melhor do que ninguém, o papel do diretor de escola. Como dizia:

A matéria é extraordinariamente importante, principalmente depois que os estudos de Administração Escolar deixaram de ser apenas estudos de legislação do ensino para abranger ainda estudos de organização escolar comparada, estudos de administração científica aplicada à educação e estudos de política educacional moderna.

Analisou a posição e o conceito do diretor de escola, e a qualidade que lhe é conseqüente. Referindo-se à personalidade do diretor, costumava dizer:

Se o diretor é chefe, é guia, é modelo dos educadores sob sua direção, então dele exigir-se-á o tacto pedagógico, a cultura pedagógica, a personalidade moral no grau mais elevado. Tam-

bém, a capacidade administrativa, a cultura geral, as qualidades sociais e cívicas que caracterizam o líder, além do alto senso de justiça e de compreensão que coroam as qualidades mencionadas anteriormente.

Preocupou-se, sempre, com a relação entre o recrutamento, a seleção e o aperfeiçoamento do diretor, com o próprio processo de formação. Defendeu e defende a formação específica para tal desempenho.

Por outro lado, aquele sentimento ético que permeava seus trabalhos desde os bons tempos de estudante de Direito, também pôde se refletir no seu posicionamento com relação à figura do diretor de escola. Entendeu, sempre, que "a consciência das responsabilidades do diretor de escola provém dos ideais e aspirações que devem ser o elo comum de todos aqueles que, exercendo a mesma função, representam uma das melhores esperanças no progresso educacional de um povo". Apregou, a partir deste entendimento, a existência de "um sistema de colaboração e defesa da classe, que explorasse os meios eficientes de assegurar a respeitabilidade e o progresso da função diretiva". Esboçou estratégias de pesquisa e de vivência para estreitar a colaboração e enriquecer a condição do Diretor. Destacou a necessidade de buscar resposta ao fracasso da função diretiva, de organizar um serviço inteligente de correspondência e intercâmbio entre os diretores de escolas, no sentido, enfim, de detectar instrumentos e mecanismos para "reavivar a consciência e a responsabilidade" do diretor de escola e, por aí, lograr o progresso educacional.

Encontro institucional

A vida institucional de nosso professor Lauro se constituiu de oportunidades variadas. Atuou nas redes particular, federal e estadual; no ensino primário, secundário,

normal, pós-colegial e universitário; nos sistemas para-escolares, na administração municipal. E tanta oportunidade fez, de sua vida pedagógica no âmbito das instituições, um farto feixe de encontros. Conviveu com pessoas singulares e absorveu idéias que não poderiam ser desperdiçadas.

De sua vivência, nos primórdios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, tem muito a dizer. Sua primeira lembrança reverencia a figura do Padre Jesus Ballarin, incentivador da criação desta Faculdade, e a abnegação do professor José Loureiro Fernandes, fundador do Círculo de Estudos Bandeirante, cujos membros se tornaram o melhor esteio da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Pedagogia.

Conviveu com Erasmo Piloto, Osvaldo Piloto, Homero Braga, Homero de Barros, Liguaru do Espírito Santo, Eny Caldeira, entre tantas outras notáveis personalidades.

Dos encontros, o projeto comum: dirigiu o Instituto de Educação; chefiou o Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (sucendendo à professora Eny Caldeira), o Gabinete de Administração Escolar e Educação Comparada e o Departamento de Planejamento e Administração Escolar, da Faculdade de Educação, hoje Setor de Educação; liderou a criação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, emprestando o seu prestígio e a sua força profissional para instalar este programa de que hoje se serve a comunidade, para compor a massa crítica dos quadros universitários de toda a região.

Na Instituição Superior, praticou a “pesquisa associada ao ensino” e foi colaborador permanente das Universidades Volantes que realizaram a extensão universitária nas décadas de 60 e 70, no interior do Estado, instalando o seu “Laboratório de Administração Escolar” em todas aquelas realizações.

A nível nacional, articulou-se com professores cariocas, paulistas, baianos e gaúchos, fundando a Associação Nacional de Professores de Administração Escolar. Foi, também, o primeiro professor brasileiro a pertencer à AASA, Associação Americana de Administração, entidade das mais projetadas no cenário internacional, na área de sua especialidade.

Por certo, rever esses encontros é verdadeiramente útil se quisermos reconstituir a história do próprio Setor de Educação da UFPR, e, por que não dizer, da educação no Paraná.

Em discurso feito em 1978, por ocasião da homenagem que lhe prestava o Departamento de Planejamento e Administração Escolar, não pudemos evitar de lembrar o nosso primeiro encontro:

Encontrei o meu Professor há aproximadamente dezessete anos, em um Gabinete no fundo direito do corredor deste mesmo terceiro andar. Portas sempre abertas, documentos e livros inevitavelmente acessíveis, tesouro à mão num ambiente confortável e acolhedor; escaninhos em profusão acomodavam a vitalidade do intercâmbio internacional sustentado pelo meu Professor...

Ah! o meu Professor! Um gênio franciscano, totalmente avesso à burocracia pejorativa, preocupado e voltado para a realidade instituinte, para a autonomia da ação cooperativa, para a liberdade do erro e do acerto. Sua colaboração intelectual, respaldada pela sua integração afetiva, constituíram sempre uma resposta ingênita às indiscriminadas demandas pessoais dos alunos, dos jovens professores, dos velhos colegas, da comunidade, em forma incondicional.

Este Professor de tempo aberto — tempo físico e cultural — sempre começou as suas reuniões com alentos e com estímulos intelectuais tão produtivos! (Discurso de R. M. Cervi, 1978)

Professor Lauro Esmanhoto foi, enfaticamente, e o é, para aqueles que não deixaram de compartilhar o seu cotidiano, um mediador da consciência, um torcedor otimista da responsabilidade cívica, coletiva.

E isso, que não é tudo, já é suficiente para homenagear os 50 anos da Pedagogia do Paraná!

LAURO ESMANHOTO

Candidato a Deputado Estadual, pelo Partido de Representação Popular, apresenta o Relatório sucinto de suas atividades na Câmara Municipal de Curitiba

CARGOS OCUPADOS: — Em 1948, foi eleito duas vezes para o posto de 2.º VICE-PRESIDENTE da Mêsá.

Em 1950, foi eleito 1.º VICE-PRESIDENTE da Mêsá, tendo exercido a PRESIDÊNCIA durante o mês de maio do corrente ano.

TRABALHOS NAS COMISSÕES: — Eleito membro da Comissão de Legislação e Justiça, nos anos de 1948, 1949 e 1950, ocupou por duas vês a presidência da mesma Comissão, onde teve destacada atuação. Da importância do trabalho que desenvolveu, dizem bem alto os numerosos pareceres que emitiu. Foram em número de 207 (duzentos e sete), os pareceres que elaborou.

DEBATES EM PLENÁRIO: — Na defesa de suas proposições, como na defesa de seus pareceres; na discussão dos processos ou em discursos de saudação e comemorativos, teve oportunidade de ocupar a tribuna por mais de duzentas vezes. Foram em número de 45, os discursos mais importantes que pronunciou.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS: — Total das Proposições apresentadas até 4 de julho de 1950: — 90 (noventa).

PROJETOS DE LEI: — 33 (trinta e três).

SUGESTÕES AO EXECUTIVO: — 35 (trinta e cinco).

INDICAÇÕES: — 6 (seis).

REQUERIMENTOS: — 16 (dezesesseis).

Projetos de Lei: —

Assegurando matrícula gratuita no ensino primário, a todas as crianças curitibanas e criando o Fundo Municipal de Educação.

Isentando de impostos as indústrias sem similar.

Denominando RUA GUIDO STRAUBE, a uma das vias públicas da Capital.

Concedendo subvenção às Escolas de SANTA FELICIDADE e UMBARÁ.

Instituindo o abono às famílias numerosas (com mais de 5 filhos).

Concedendo subvenção extraordinária ao COLEGIO BOM JESUS.

Concedendo auxílio extraordinário ao COLEGIO SANTA TEREZINHA.

Revogando a Lei Municipal de Contribuição de Melhoria.

Denominando a RUA D. TADDEI à Travessa do Seminário.

Doando um lote de terreno à Sociedade de S. Vicente de Paulo.

Instituindo o PRÊMIO RUI BARBOSA.

Isentando do Imposto de Indústrias e Profissões, as indústrias novas.

Instituindo o abono familiar às famílias com mais de oito filhos.

Denominando SANTO ANTONIO a um logradouro público da cidade.

Isentando da "contribuição de melhorias" as Escolas particulares.

Subvencionando a ESCOLA DE BELAS ARTES.

Instituindo o PREMIO DE AQUISIÇÃO para o Salão Anual de Artes.

Denominando PRAÇA ROMÁRIO MARTINS a atual Praça Santos Dumont.

Denominando PRAÇA ALFREDO PARODI ao largo adjacente à Praça Rui Barbosa.

Subvencionando o CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES.

Doando uma área de terreno ao CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO.

Dando nova redação ao Art. 1.º, do Decreto 213, de 19-X-1945.

Subvencionando o INSTITUTO HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO.

Dando nova redação à Lei de Contribuição de Melhoria.

Denominando RUA ALEXANDRE DE GUSMÃO a uma via da Capital.

Denominando RUA FREI ORLANDO a uma via da Capital.

Denominando AVENIDA NOSSA SENHORA DA LUZ a uma via da Capital.

Denominando RUA D. ATICO a uma via da Capital.

Dá nova redação ao Art. 2.º, da Lei n. 60.

Instituindo os feriados religiosos municipais.

Denominando LEÔNCIO CORREIA a um dos Grupos Escolares do Município.

Subvencionando a Faculdade de FILOSOFIA da Universidade do Paraná.

Sugestões ao Poder Executivo: —

- Iluminação para a Rua Nunes Machado.
- Pavimentação para as Alamedas JÚLIA DA COSTA e DONA IZABEL.
- Emplacamento das ruas de Curitiba.
- Várias providências para o embelezamento da PRAÇA DO EXPEDICIONÁRIO.
- Ensaibramento da PRAÇA RUI BARBOSA.
- Tabelas de preços nos Açougues.
- Calçamento para a RUA MARIANO TORRES.
- Iluminação para a RUA BELÉM.
- Energia Elétrica para o BAIRRO DO BARIGUÍ DE SÃO NICOLAU.
- Comemoração do “Dia das Mães”.
- Providências para evitar o excesso de lotação nos bondes e ônibus.
- Higienização para o BAIRRO DO AÚ DE CIMA.
- Reparação da ESTRADA DO NOVO MUNDO.
- Iluminação para a RUA PADRE ILDEFONSO.
- Pavimentação do passeio da PRAÇA OSVALDO CRUZ.
- Oficialização da denominação de BAIRRO DE CRISTO REI.
- Criação de “feiras-livres” nas entradas da cidade.
- Pavimentação para a RUA IAPÓ.
- Pavimentação para a AVENIDA CAPANEMA.
- Iluminação para o BAIRRO DA VILA TINGUÍ.
- Providências contra a realização das corridas de automóveis em ruas centrais da cidade.
- Extinção das pequenas favelas nos morros do GUABIROTUBA.

Regime de preferência para as Empresas Paranaenses na pavimentação asfáltica.

Instalação de Atelier provisório na Praça Zacarias.

Denominação da RUA SANTO ANTONIO para a atual Rua 29 de Agosto.

Iluminação para a RUA BRUNO FILGUEIRA.

Concessão de Carteiras de Passes para estudantes, operários e funcionários.

Organização de horário especial para os "coletivos", nas horas de maior tráfego.

Concessão de auxílio especial às obras do SANTUÁRIO DO CORAÇÃO DE MARIA.

Iluminação para a PRAÇA OSVALDO CRUZ.

Serviço de Estatística para os Transportes Coletivos.

Serviço de reparação para a estrada da COLÔNIA ORLEANS.

Denominação de AVENIDA NOSSA SENHORA DA LUZ para a Reta do Bacacherí.

Auxílio especial para as obras de construção da nova Igreja de SÃO FRANCISCO DE PAULA.

Subvenção para o CÍRCULO OPERARIO DE CURITIBA.

Indicações: —

Entronização da Imagem de CRISTO CRUCIFICADO.

Comunicando a oferta da Imagem de CRISTO CRUCIFICADO.

Modificando o horário das Sessões.

Dispondo sobre a licença por motivos de saúde dos SRS. VEREADORES.

Colocação do busto de RUI BARBOSA na Sala das Sessões.
Sobre a disponibilidade de funcionários municipais.

Requerimentos: —

Providenciando sobre a proibição da venda de frutas verdes.

Sobre dados estatísticos referentes à construção de habitações.

Solicitando material de estudo para as Comissões Permanentes.

Pedindo informações sobre as irregularidades da Cia. de Fôrça e Luz.

Sobre a nomeação de Comissão Especial para estudo do Código de Posturas.

Sobre os critérios de escolha do tipo de pavimentação.

Sobre regulamentação das instalações de Altos Falantes.

Solicitando cópia do contrato da Companhia Telefônica.

Sobre a proibição da venda de jornais e revistas imorais.

Solicitando ao Governo do Estado, aumento de subvenção ao Sanatório de SÃO SEBASTIÃO.

Sobre a pavimentação dos trechos de ruas situados no quadrante formado pelas ruas MARECHAL FLORIANO e IVAÍ.

Solicitando ao Govêrno do Estado, informações sobre a execução da Portaria Ministerial, relativa a publicações obscenas.

Moção de solidariedade às Autoridades Eclesiásticas, contra a prisão do CARDEAL MINDZENTY.

Apêlo referente à extensão da Rêde de Agua e Exgoto para a Rua D. Izabel.

Sobre a fiscalização da fabricação do café em pó.

Sobre áreas de terreno para a construção de habitações populares.

Esta é a fôlha de serviços do Vereador LAURO ES-MANHOTO em dois anos e meio de legislatura na Câmara Municipal de Curitiba.

Facil se torna prognosticar sôbre a sua atuação na Assembléa Legislativa Estadual, se o sufrágio popular lhe for favoravel nas próximas eleições de 3 de outubro.

(A população curitibana há de estar lembrada de como atuou em 1947, ao exercer por 15 dias a função de Deputado: quase diariamente ocupava a tribuna, focalizando palpitantes assuntos).